

# AG KA TO TE, LIMITES DA POLÍTICA INTERNA? NOTAS SOBRE A CHEFIA DUAL KAINGANG.

**Paulo Roberto Homem de Góes**

prhgoes@gmail.com

Doutorando em Antropologia | PPGAS/UFPR

Bolsista CAPES

**Resumo:** Æ ka tô ten, um contra o outro, ou como ampla e recorrentemente traduzem os Kaingang, a “política interna”, noção essa que designa processos da dinâmica sociopolítica em momentos tensionados. Política e parentesco, como elaborado por Fernandes (2003), Gibram (2012) e Cimaluk (2013), são processos indissociáveis e o “interno” da tradução kaingang se refere justamente à política intra e interaldeã, ou seja, política entre parentes. A partir da etnografia de dois processos distintos de conflito entre agrupamentos kaingang que envolvem também instituições e agentes fóg (não-índios), o artigo contrasta algumas relações constituintes dos modos políticos “internos” - o faccionalismo e a organização dual da chefia (cacique e vice-cacique enquanto posições complementares, assimétricas e de orientação distinta), enquanto atravessam e são atravessadas por instituições e outras formas políticas “exteriores”.

**Palavras-chave:** Kaingang; Política Ameríndia; Faccionalismo.

## AG KA TO TE, LIMITES DA POLÍTICA INTERNA? NOTAS SOBRE A CHEFIA DUAL KAINGANG<sup>1</sup>.

Povo guerreiro o Kaingang. Em meados de 2010 logo quando fui apresentado à Gilda Kuitá, como antropólogo e com alguma experiência entre povos indígenas, vi a palma de sua mão a uns 15 centímetros de meu nariz enquanto dizia:

- “Está vendo os meus dedos?”
- “Sim!”
- “São todos iguais?”
- “Não” respondi perplexo.

Enquanto fechava e girava o punho concluiu enfática:

- “Sou kaingang!”.

Maior povo indígena do Brasil meridional, com aproximadamente 36 mil pessoas, o que representa aproximadamente 50% do total dos povos de língua Jê, suas terras atualmente se

estendem da bacia do rio Feio/Aguapeí em São Paulo à bacia do rio Uruguai no Rio Grande do Sul. Atualmente são 43 Terras Indígenas que totalizam cerca de 210 mil hectares, considerando todas etapas de homologação<sup>2</sup>.

Conforme quadro abaixo (Tabela 1), na região norte do estado do Paraná, nas bacias dos rios Tibagi e Cinzas estão localizadas 8 terras indígenas que totalizam uma área de aproximadamente 15.500 hectares e população indígena com cerca de 4 mil pessoas das etnias Kaingang, Guarani (Mbya e Nhandeva) e Xetá.

Afirmam os Kaingang que, se conseguiram assegurar estas porções de suas terras é porque, em contraste aos Guarani, “o Kaingang não dorme”. Quando assistia um dos jogos da Copa do Mundo em Curitiba, com uma família Kaingang, um grupo de torcedores australianos nos abordou perguntando se eram “*are they indian people?*”, meu colega pediu para que eu traduzisse “sim Kaingang, povo valente!”.

TERRA INDÍGENA	ETNIA	POPULAÇÃO*	ÁREA - ha
Apucarana	Kaingang	1703	5575
Barão de Antonina	Kaingang	460	3750
Queimadas	Kaingang	610	3077
São Jerônimo	Kaingang/ Guarani Mbya/ Xetá	674	1339
Laranjinha	Guarani Nhandeva	184	292
Mococa	Kaingang	155	859
Pinhalzinho	Guarani Nhandeva	155	593
Ywy Porã	Guarani Nhandeva	40**	2**
<b>TOTAL</b>		<b>3.981</b>	<b>15.487</b>

**Tabela1: Dados das Terras Indígenas do Norte do Paraná. Fonte: Instituto Socioambiental. \*\* Góes 2014 – Área ocupada pelo grupo, sendo a área declarada de 1238 ha em processo de contestação judicial e realização de perícia antropológica.**

<sup>1</sup>Agradeço à leitura e comentários de Rodrigo Fontes Graça, assim como por disponibilizar a genealogia das famílias da TI Queimadas, também à Beatriz Cabral pela revisão.

<sup>2</sup>Ver: <http://ti.socioambiental.org/#/pt-br/terras-indigenas/pesquisa/povo/127>. No site do Instituto Socioambiental constam 45 terras, porém a TI Ywy Porã Laranjinha é Guarani Nhandeva com presença de alguns indivíduos Kaingang e Ibirama/La Klãnõ Xokleng.

Se o ethos bélico com o qual se identificam e são identificados os Kaingang por cronistas do XIX e historiadores é tratado pelo viés propriamente da guerra (BORBA 1908, MOTTA 2008), na etnologia contemporânea, não obstante, sob diferentes ênfases, autores como Fernandes (2003 e 2006), Ramos (2008), Gibram (2012) e Cimbaluk (2013), tem o abordado pela ênfase na política.

Partirei do relato de uma série de eventos ocorridos na TI Queimadas, entre 2012 e 2014, para refletir sobre características da chefia e dualismo kaingang.

### AG KA TO TE<sup>3</sup>, DESDOBRAMENTOS DEUMCONFLITONATIQUEIMADAS:

Em 1856 ou 57 foram atacados, em seus toldos do valle do Piquiry, pela gente do cacique Viry, que lhes matou muitos guerreiros, aprisionou alguns e queimou-lhes os ranchos. Desanimados, por este e ou-

tros revezes, grande numero delles vieram procurar nossa amizade, apresentando-se, em 1858, na colônia militar do Jatahy. (...) O Governo tractou de aldeal-os em São Jeronymo e depois também em São Pedro de Alcantara; (...) Os de São Pedro de Alcantara, desgostosos do procedimento de especulação que com elles tem Frey Timóteo de Castel-nuovo, de lá tem se retirado e hoje, pacificamente, habitam os sertões dos valles do Tibagy e Ivahy (Borba 1908: 6).

A Terra Indígena Queimadas está localizada no município de Ortigueira – PR (Figura 1), no divisor de águas das bacias do rio Tibagy e Ivai. A esta posição geográfica corresponde um território kaingang, estando Queimadas sociologicamente também como divisor, ou melhor, “articulador”, na medida que condensa entre suas famílias, associações políticas e relações genealógicas próximas com as terras kaingang de ambas bacias hidrográficas<sup>4</sup>. Atualmente são aproximadamente 650 moradores em uma Terra Indígena homologada com 3.077 hectares.

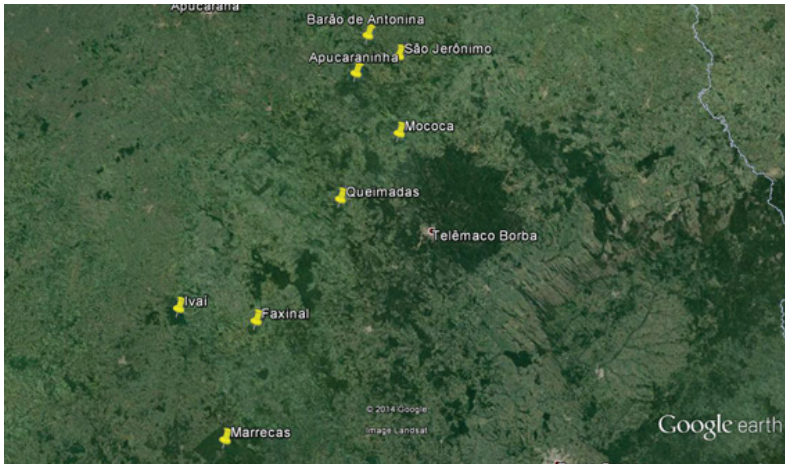


Figura 1: Terras Indígenas da bacia dos rios Ivai e Tibagy - Paraná

<sup>3</sup>Ag ka to tē: um contra o outro; política interna;

<sup>4</sup>Das oito Terras Indígenas localizadas no norte do Paraná Queimadas é a única que mantém articulação com o Conselho Indígena de Guarapuava, assim como com a Funai deste município, as demais estão vinculadas ao Conselho Indígena do Norte do Paraná e Funai de Londrina, São Jerônimo da Serra e Cornélio Procopio.

Certamente os processos descritos abaixo não consistem em padrão através do qual agem os Kaingang, embora a guerra e a política faccional sejam latentes e constituintes dos modos relacional deste povo. De seis terras indígenas Kaingang<sup>5</sup>, cuja dinâmica sócio-política tenho acompanhado nos últimos cinco anos, a TI Queimadas é singular na alternância dos *põ'i*<sup>6</sup> e na intensidade recorrência dos conflitos. Conforme buscarei demonstrar, a série de eventos descritos abaixo decorrem de uma tensão política acumulada que culminou no conflito de 2012 e de um contexto específico de relação destes grupos Kaingang com os *fóg*<sup>7</sup>.

Na madrugada de 04 de setembro de 2012 ocorreu um grave conflito armado entre grupos Kaingang na TI Queimadas<sup>8</sup>. Nesta ocasião, no mínimo seis moradores, incluindo o então cacique, ficaram feridos e dois faleceram, entre eles o pai desse cacique. Foi o estopim de um processo que se anunciava há meses e que para o qual as lideranças se preparavam.

O então Cacique Marcos Verag sempre caminhava armado e acompanhado por outro indígena da TI que lhe fazia a segurança pessoal. Em duas ocasiões confidenciou saber que a oposição estava articulando sua deposição, nestas ocasiões mostrava e insistia que eu empunhasse e avaliasse seu revólver calibre 38, mencionava que teria outras armas de maior calibre. Foram momentos de grande tensão nesta terra indígena, para os quais Verag reagia recrudescendo sua posição de se opor à mudança do quadro de lideranças.

Como é da natureza deste tipo de conflito, informações são dispersas e contraditórias, embora haja certo consenso entre as narrativas que sabendo da movimentação que

ocorria naquela noite, o cacique e seu grupo se armaram e foram de encontro ao grupo opositor, saindo do núcleo Sede da TI em direção ao núcleo Campo<sup>9</sup>. No caminho foram surpreendidos pelo ataque que é relatado como uma emboscada ou uma caçada. Verag levou um tiro no rosto e foi tido momentaneamente como morto, seu pai Ari Pires foi morto com tiros, golpes de facão, pedradas e pauladas. José, então agente sanitário indígena, foi alvejado e faleceu em decorrência de tiros no abdômen, outros foram feridos. A morte de José, dizem alguns, fora acidental, pois estaria armado voltando de uma caçada, algo que fazia recorrentemente, outros dizem que foi alvejado por Verag, quando se aproximou para lhe atingir com novos tiros.

Verag e algumas de suas lideranças conseguiram se esquivar e fugir para atendimento no hospital, houve grande movimentação de kaingangues na cidade de Ortigueira buscando localizar e capturar Marco e seus aliados. A polícia militar do município interveio e evitou que esses tivessem sucesso. A casa de Sebastião Lucas foi incendiada e outras residências saqueadas.

Na manhã seguinte, o presidente do Conselho Indígena de Guarapuava, instância que articula terras indígenas da bacia do Ivai e Iguaçu e ao qual a TI Queimadas está vinculada, estava presente na TI, legitimando a escolha do novo cacique Ernesto Francisco e do vice cacique Maurílio Machado. Esse, embora Kaingang, não era morador da TI, sendo oriundo da TI Ivai. Com o conflito aproximadamente dezessete famílias foram expulsas da TI, sendo que até hoje várias destas permanecem fora de quaisquer TIs tendo arrumado empregos em fazendas.

A pena de expulsão é a mais grave aplicada pelo sistema kaingangue e nestes casos a pessoa ou família é direcionada à outra terra indígena após a articulação entre os caciques da região. Neste caso, a gravidade do proces-

<sup>5</sup>São elas: Mococa, Queimadas, Apucarantina, Barão de Antonina, São Jerônimo e Marrecas.

<sup>6</sup>*Põ'i*: cabeça; chefe ou liderança;

<sup>7</sup>*Fóg*: não indígena.

<sup>8</sup><http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1294273>

<sup>9</sup>Embora seja organizada através de um cacique a Terra Indígena possui três núcleos de moradias, a Sede, o Campo e a Missão.

so implicou em uma punição ainda mais rigorosa. Marco Verag e seus aliados não puderam se restabelecer em outras áreas indígenas sob pena de serem localizados e novos conflitos emergirem. Neste processo Sebastião Lucas, seu sogro, também fora expulso. É significativo que Sebastião Lucas havia sido deposto do cargo de presidente do Conselho Indígena de Guarapuava apenas dois meses antes do conflito eclodir.

Dirceu que assumira o lugar de Sebastião Lucas foi preso pela Polícia Federal em dezembro de 2012<sup>10</sup> na condição de vice-presidente do referido conselho. Segundo informativo da própria Polícia Federal:

O cacique é investigado principalmente pelo arrendamento ilegal de terras indígenas que vem fazendo desde o ano de 2005, que é proibido pelo art. 18 e §1º da Lei 6.001/73, e que resulta nas penas do art. 2º caput e §1º da Lei n. 8.176/91. Outros crimes como os de ameaça, constrangimento ilegal, corrupção, apropriação indébita, bando armado, posse e porte ilegal de armas de fogo, crime ambiental e eleitoral são investigados.

Testemunhas apontam também que referido cacique está por trás da destituição de vários caciques da região para nomeação de outros de sua confiança, inclusive o episódio ocorrido na Reserva Indígena de Ortigueira/PR, na madrugada de 04/09/2012, onde houve o assassinato de dois índios, muitos outros feridos, além de roubo, incêndio e expulsão do cacique local.

A “política interna” da TI Queimadas foi modificada de forma incisiva com o conflito, estando até o momento sujeita a recorrentes alterações de lideranças. Algumas características do “sistema”<sup>11</sup> de Marco Verag organizar a terra indígena durante seu cacicado são apontados como responsáveis pelo conflito. Neste aspecto, algumas considerações são fundamentais.

Verag além de cacique exercia a função de tratorista da Associação Indígena, cargo de grande relevância, seja pela importância da produção agrícola na comunidade, seja pelos requisitos técnicos necessários. O maquinário agrícola por suas próprias características impõe a centralização da produção e potencialmente<sup>12</sup> das áreas de cultivo, o fato de uma pessoa, o tratorista, ser capaz de realizar o preparo e plantio de extensas áreas, da gestão dos custos de operação e manutenção requerer planejamento logístico e articulação com instâncias e prestadores de serviço não-indígenas implica em grande concentração de poder.

Verag com isto condensava duas funções centralizantes e é o único caso de cacique que pude registrar na região, que não possuía um vice cacique. Embora com amplo parentesco na Terra Indígena, é considerado mestiço e sua articulação era em grande medida com funcionários da Funai que atuavam na TI e com um missionário que também apoiava a gestão logística e financeira da Associação Indígena.

Em inúmeras reuniões que participei no período entre 2010 até o conflito, as decisões eram tomadas dentro do escritório da Funai na TI com participação do cacique Verag, do presidente da ACIQ Sebastião Lucas, com o missionário e assessor da ACIQ Ka’egso e com o engenheiro agrônomo e coordenador regional da Funai Giancarlo Burigo<sup>13</sup>. Aproximadamente 150 hectares de soja e milho eram cultivados anualmente pela ACIQ, sendo desincentivado pelas lideranças o plantio de “áreas de toco” diretamente pelas famílias. Este “sistema” contrastava bastante com a forma de envolvimento político recorrente em outras terras Kaingang.

<sup>10</sup>Ver: <http://www.dpf.gov.br/agencia/noticias/2012/12/pf-deflagra-operacao-forte-apache-2-em-manoel-ribas-pr>.

<sup>11</sup>É comum cada liderança ser lembrada por sua “lei” ou seu “sistema” que significa o modo como sua equipe de lideranças conduz, media e articula o cotidiano aldeão.

<sup>12</sup>Digo potencialmente pois entre os Kaingang há exemplos da utilização de maquinário que contempla grande número de famílias, articulando uma lógica produtiva muito distinta daquela descrita neste parágrafo.

<sup>13</sup>Burigo fora nomeado chefe de posto da TI Queimadas em 2004. Em 2010 com a reestruturação da Funai foi nomeado Coordenador Técnico Local de Guarapuava e exonerado no mesmo ano.

Toda equipe de lideranças que compunha este cacicado agregava funções variadas, tendo todos sido expulsos ou afastados após o conflito. Sebastião Lucas, então presidente da ACIQ também exercia a presidência do Conselho Indígena de Guarapuava, Ka'egso Hery<sup>14</sup>, missionário de ascendência alemã, além do exercício religioso, possuía grande ascendência na gestão agrícola, na contabilidade e na política com os não índios (empréstimos em bancos, comercialização da produção, compra de insumos, etc.) enquanto assessor da ACIQ, finalmente Burigo, engenheiro agrônomo com influência técnica na agricultura da TI também era Chefe de Posto e posteriormente Coordenador Técnico Local da Funai.

A avaliação que fazem atualmente os Kaingang sobre o cacicado de Verag tende a apontar que seu sistema não era “do índio”, que era “surdo” pois não sabia escutar a “comunidade”, que se apegou demais ao cacicado, etc. A violência do conflito seria então um estopim de tensões que se acumulavam sem encontrar mecanismos de escape.

Ernesto foi o cacique eleito no dia seguinte ao conflito, exerceu sua liderança durante sete meses, tendo entregue o cargo ao vice-cacique Maurílio alegando problemas pessoais. Com Maurílio como cacique Antonio Vegman, que exercia o cargo de fiscal, assumiu o vice cacicado. Após três meses nesta condição Maurílio foi preso na cadeia da TI e destituído. Embriagues constante, relacionamentos com mulheres não indígenas e usos inadequados dos veículos e recursos da ACIQ teriam justificado reunião da comunidade e a decisão por prendê-lo.

Novamente, o então vice cacique, neste caso Antonio Vegman, assumiu o lugar de cacique, João Guilherme passa a ocupar aquele posto. Ambos são nativos desta TI tendo extensos laços de parentesco. João Guilherme já atuava como vice-presidente da associação e era funcionário da saúde indígena, tendo

destacada capacidade de interlocução com não indígenas.

Vegman, João Guilherme e Verag possuem ascendência comum, sendo o primeiro neto e os demais bisnetos do casal Crespim e Catarina Vegman conforme genealogia<sup>15</sup> (anexo 1) elaborada por Rodrigo Fontes Graça (2014).

## POLÍTICA INTERNA?

Em novembro de 2013, 4 meses após a nova composição de lideranças, a ferrovia que corta a Terra Indígena foi paralisada<sup>16</sup>. A empresa que responsável pela concessão da linha férrea desde 1994 havia recorrido da decisão judicial que previa pagamento de indenização pelos passivos ambientais. Após liberarem a ferrovia seguiram com o ônibus da comunidade para a sede da empresa em Curitiba onde negociaram um acordo que prevê pagamento mensal de R\$500,00 por família, o qual é realizado através do cacique, até decisão final da justiça sobre o montante da indenização.

Dois meses após este acordo com a concessionária da linha férrea, em janeiro de 2014, comerciantes da cidade de Ortigueira organizaram um protesto contra a concessionária do pedágio da rodovia do Café, que liga Curitiba à Londrina. Haviam acordado com a Polícia Federal bloquear a rodovia por duas horas, porém alguns moradores do município solicitaram apoio dos Kaingang que então assumiram o protesto e bloquearam estradas vicinais que possibilitariam rotas alternativas. Houve articulação com outras terras indígenas, tais como Mococa, Candido de Abreu e Apucarantina e a rodovia permaneceu bloqueada por doze horas. A concessionária acordou que realizaria melhorias nos acessos da terra indígena e outras obras de infraestrutura.

<sup>14</sup>Missionário poliglota da Igreja Cristianismo Decidido, nascido na TI Rio das Cobras e que reside com a família nas proximidades da TI Queimadas desde 1995.

<sup>15</sup>A qual reproduzo apenas parcialmente.

<sup>16</sup>Ver: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1423828>

Em 30 de abril de 2014 dois funcionários de Furnas que fariam a manutenção das linhas de transmissão que cortam a Terra Indígena oriundas de Itaipu são detidos<sup>17</sup> pelas lideranças indígenas. Como declarado para imprensa essa havia sido uma estratégia da chefia desde que eleita e a reivindicação por indenização ocorre em paralelo à necessidade do empreendimento renovar os estudos de impacto ambiental. Houve negociações e foi elaborado um acordo entre Furnas e a comunidade indígena até que sejam realizados os estudos necessários.

No mês de maio de 2014 a Polícia Militar foi até a Terra Indígena para capturar Gilmar Pires, indígena acusado de homicídio de um não indígena. Segundo relatos do então vice cacique João Guilherme os policiais não haviam comunicado as autoridades indígenas e por ter havido resistência à prisão houve trocas de tiros<sup>18</sup>, o que colocou em risco muitos moradores da TI.

Gilmar Pires<sup>19</sup>, pouco mais de dois meses após o ocorrido, me relatou que os policiais eram despreparados e “ruins de mira”, o que possibilitou sua fuga. Iniciado a troca de tiros os policiais tiveram de se abrigar e aguardar reforço para sair da terra indígena. Na mesma tarde lideranças se reuniram e foram dialogar com o promotor de justiça que havia ordenado a ação, com as autoridades da polícia militar e batalhão de choque. Um

grupo kaingang foi até a residência dos policiais que haviam disparado na TI e as autoridades indígenas tiveram que intervir para que não houvesse linchamento. Segundo João Guilherme sobre este ocorrido “você sabe como é, pessoal daqui você tem que conversar muito, porque depois que ficam brabo ninguém segura”.

Os maiores questionamentos de João Guilherme para as autoridades fôg foi que não haviam conversado com as lideranças indígenas e que isto colocava em risco sua comunidade, pois sem serem informados da operação policial não teriam como intervir junto às famílias para evitar conflitos. Nesta data João Guilherme afirmou às autoridades públicas que não as autorizava a entrar novamente na terra indígena, considerando terem se equivocado gravemente nesta operação.

Em 26 de agosto de 2014, João Guilherme foi preso pela polícia Militar de Ortigueira, sob acusação de ser cúmplice do assassinato cometido por Gilmar Pires. Após nova operação policial em 30 de setembro de 2014, seis kaingang da TI Queimadas foram presos acusados de roubo de cargas de vagões que passam pela ferrovia, entre eles Gilmar Pires o qual teria organizado o grupo após se refugiar nas florestas da Terra Indígena.

Poucas semanas após a prisão de João Guilherme o cacique Antonio Vegman coloca o cargo à disposição diante de comentários de que estaria se beneficiando pessoalmente dos recursos repassados pela concessionária da ferrovia. É realizada nova eleição na TI e foram eleitos Devanil como cacique e Pedro Lucas, que havia ficado em segundo lugar na votação, como vice cacique. Devanil é morador de Queimadas e com grande parentesco nesta TI, embora seja jovem e oriundo da TI Apucarantina. Pedro Hêj Hêj Lucas, por sua vez, fora cacique na TI Faxinal por 22 anos e é recém chegado na TI onde está casada uma filha. A família Lucas está na liderança da TI Faxinal desde ao menos os anos de 1970. A TI Queimadas como articulação entre as bacias do Tibagi e Ivaí se faz evidente na composição da autoridade indígena.

Abaixo reproduzo quadro de caciques e vices desde 2007 com informações sobre as metades clânicas conforme relatado por Flórides Nato e Luiz Ferreira:

<sup>17</sup>Ver: [http://pib.socioambiental.org/es/noticias?id=139225&id\\_pov=127](http://pib.socioambiental.org/es/noticias?id=139225&id_pov=127)

<sup>18</sup>Ver: <http://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2014/05/indio-suspeito-de-homicidio-troca-tiros-com-policiais-em-ortigueira.html> e <http://tnonline.com.br/noticias/regiao/32,264654,22,05,grupo-de-indios-entra-em-conflito-com-a-pm-de-ortigueira.shtml>

<sup>19</sup>Gilmar Pires era contratado pela Associação Indígena como supervisor agropecuário e exercia atividades no Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena da UHE Mauá, o qual coordeno. Considerando que estava foragido houve pressão das partes envolvidas por demiti-lo, algo que seria competência da própria Associação. No entanto, para evitar conflitos internos, embora entendessem ser necessário afastá-lo do cargo, as lideranças o mantiveram contratado até que foi-me solicitado que intervisse e comunicasse a ele a demissão, algo que ocorreu em seguida e com apoio à distância das autoridades indígenas.

MARCA				SÍMBOLO		
rēnh téy\ rēnh roio				\\		
rēnh roro\ rēnh kut̃y				●		
rēnh nim̃i				Sem marca\ tem que dar marca		

ANO	CACIQUE	MARCA	TI DE ORIGEM	VICE-CACIQUE	MARCA	TI*
2007	Ernesto	rēnh roro	Queimadas	Luiz	rēnh téy	Queimadas
2008	Eliseu	?	Queimadas	Florides	rēnh téy	Queimadas
2009	Antônio	rēnh téy	Queimadas	Ernesto	rēnh roro	Queimadas
2010	Marco	rēnh roro	Queimadas	-	-	-
2012	Ernesto	rēnh roro	Queimadas	Maurílio	?	Ivaí
2013	Maurílio*	?	Ivaí	Antônio	rēnh téy	Queimadas
2013	Antônio	rēnh téy	Queimadas	João Guilherme	rēnh roro	Queimadas
2014	Devanil**	rēnh roro	Apucarani- nha	Pedro Hèj Hèj**	rēnh téy	Faxinal

Tabela 2. Legenda das marcas e tabela de caciques e vice caciques desde 2007.

\* Maurílio Machado

\*\*Devanil nasceu na TI Apucaraniha mas foi criado e possui amplo parentesco na TI Queimadas. Grafia conforme Florides Nato, TI Queimadas (2014). Pedro Hèj Hèj foi cacique da TI Faxinal por mais de 22 anos e chegou à TI Queimadas aproximadamente dois anos. Conforme Rodrigues (2012:119) foi deposto através de conflito ocorrido 2010.

## CHEFIA E DUALISMO:

É preciso ter *kamé* e *kanhru* na liderança, e os conselheiros, que são dois, também tem que ser um de cada marca. Tem que ser assim senão não funciona bem.” (Gibram 2012: 99)

As autoridades proliferam no universo kaingang. Via de regra isto ocorre através de um sistema dual e assimétrico. Se, como afirma Fernandes, “a política constitui o fio condutor do ethos kaingang” (Fernandes 2006: 37), muitas referências ao passado passam pelos chefes. O *põ'i ag jykre*<sup>20</sup> – líder, eles, vida/jeito/lei – a política do cacique, jeito do chefe, seu “sistema” como um marcador temporal. Deste modo, o “tempo” do capitão<sup>21</sup> Vitorino, do cacique Tapixi, mas também de autoridades indigenistas como o chefe de posto Dário, Alan, Carlos, etc, constituem marcos de formas de

organização do trabalho, do ambiente e alimentação disponível, enfim de memórias.

Cimbaluk (2013: 40-41) transcreve uma narrativa de Bruno, morador da TI Apucaraniha:

Lucas: E do tempo que você era criança pra cá teve muita mudança?

Bruno: Já tinha mudado, sabe por quê? Já tinha serraria ali embaixo, aqui era monte de peroba. Mas no tempo do capitão Nivaldo, [...] ele acabou com esses paus de peroba que tem por aí, ó. E hoje, eles não querem que derrube nem um pau, agora pra usar.

<sup>20</sup>Tradução de Renato Pereira, professor bilíngue e vice cacique da TI Mococa entre 2011 e 2013.

<sup>21</sup>Capitão era designação de líder indígena que atualmente foi substituída por cacique.



Era pra nós usarmos, só aqui dentro da aldeia, não era pra nós vendermos. E aquele tempo que o capitão Nivaldo mandava aqui ele cortou tudo até os pinheiros, até as perobas, que acabou os pinheiros, agora hoje não tem peroba, está pouco os pinheiros por aí, ó. Agora já embargou tudo, agora não tem jeito pra fazer uma casinha boa. Só peroba caída agora, mas estão poucas as perobas.

Vários relatos do passado vinculam à pessoa do chefe, uma certa forma de organizar, mediar e punir, que traduz um período no tempo e forma do espaço, evidenciando a centralidade da chefia Kaingang. O *jykre* do cacique (e suas lideranças) idealmente é o próprio *jykre* da “comunidade”, na medida em que os critérios para escolha e, sobretudo permanência de liderança, é atravessada por aquilo que os grupos familiares esperam dos líderes. A um cacique, porém corresponde um regime de lideranças. Fernandes (2003:230-231) sintetiza o quadro de lideranças de Rio da Várzea e Palmas apontando para as atribuições de cada autoridade (Tabela 3).

Embora se alterem os nomes destes cargos, observamos na TI Queimadas que as atribuições das autoridades são semelhantes àquelas descritas por Fernandes (2003) no que se refere a caciques, conselheiros e policiais. Cimbaluk (2013: 103) descreve brevemente semelhantes atribuições dos fiscais para TI Apucarantina, sendo os cargos de presidência do campo de futebol identificado, por enquanto, apenas na TI Queimadas. Abaixo (Figura 2) reproduzo um esboço deste quadro de lideranças na atualidade.

De forma muito sintética e esquemática as atribuições de cada autoridade são:

Cacique e vice cacique: manutenção de relações respeitadas entre as famílias, articulação com outras autoridades indígenas e *fóg*, captação de recursos e relações institucionais. Me faltam elementos para elaborar esta reflexão enquanto hipótese, porém observo que nas TI's Queimadas, Moccoca, Barão de Antonina e Apucarantina, à assimetria entre estas duas posições corresponde orientações

	CACIQUE	VICE-CACIQUE	CONSELHEIRO	CAPITÃO	MAJOR	CORONEL	TENENTE	SARGENTO	CABO	POLÍCIAS
PALMAS	+	+		+			+	+	+	15
RIO DA VÁRZEA	+	+	++		+	+	+	+	+	4

Tabela 3. Distribuição de posições políticas nas terra indígenas kaingang Palmas e Rio da Várzea. In. Fernandes (2003: 230-231).

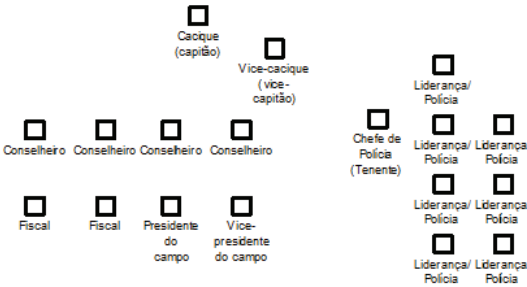


Figura 2. Diagrama das funções de liderança da TI Queimadas 2014.

distintas. Cabendo ao cacique maior ênfase na política interna e ao vice cacique, a articulação com instituições externas à terra indígena. Em reuniões de maior importância dentro ou fora das terras indígenas há presença de ambos.

Conselheiros: orientam envolvidos em conflitos para evitar prisões ou após o cumprimento das penas. Atuam em conflitos domésticos quando solicitados.

Fiscais: organizar o trabalho de forma geral, seja na organização dos mutirões agrícolas, a limpeza dos quintais de casas, etc.

Presidente e vice-presidente do campo de futebol: Organizam os jogos de futebol, fazendo respeitar os horários, acordos e mediando conflitos. Em casos de tensão acionam a polícia da TI ou os caciques.

Polícia: cumprem função de investigar uma acusação e eventualmente prender. Via de regra são atos moralmente reprováveis (bebedeiras, agressões sem maiores consequências, adultérios, depredações, etc.). Prendem quando solicitados por autoridades, sejam os caciques em questões amplas, ou chefes de família em casos dos âmbitos mais restritamente familiares.

Assim, se por um lado o cacique não se sustenta isolado, ao menos não sem potencializar a tensão opositiva, estando articulado em um regime de lideranças que constituem a autoridade indígena, a “comunidade” Kaingang não produz unidade. O movimento faccional é uma potência iminente à qual a autoridade (enquanto conjunto das lideranças) deve cotidianamente intervir de modo que um determinado conflito doméstico ou entre pequenos grupos não atualize uma tensão faccional que posicionará a própria autoridade como uma das partes do conflito<sup>22</sup>. As penas de expulsão de indivíduos ou grupos operam no limiar dos conflitos localizados, pois são as penalidades máximas do sistema kaingang seja para o grupo expulso que seria privado de suas referências sociais, como argumenta Rodrigues (2012: 116), seja para a própria liderança que aplica a penalidade, na medi-

da que o grupo penalizado pode colocar em questionamento a própria autoridade indígena, considerando a iminência da parentagem da pessoa ou grupo expulso articular uma oposição declarada à esta autoridade.

O conflito faccional, processo de consolidação de dois grupos que em momentos de tensão se tornam explícitos, opera princípios dualistas de maior abrangência na socialidade Kaingang. Embora os clãs exogâmicos e patrilineares *kamé* e *kanhru* nas Terras Indígenas do Norte do Paraná não estejam sendo mencionados de forma espontânea, as marcas associadas a esta dualidade e ao pertencimento clânico são presentes nos indivíduos com mais de 30 anos de idade. Muitos casamentos seguem esta prescrição exogâmica, na qual há matrimônio entre indivíduos de marca riscada/ aberta (*rênh téy/rênh roio - Kamé*) e de marca redonda (*rênh roro - Kanhru*).

Para além e aquém desta prescrição matrimonial, o regime de marcas evidencia um modelo dualista assimétrico que o âmbito da dinâmica política não substancializa, embora igualmente atualize. Tal dualismo é assimétrico na medida em que produz partes sem síntese ou posição neutra. Desta forma, embora certas concepções gerais sobre as características de cada marca sejam mantidas, um indivíduo *rênh téy* se refere à metade *rênh roro*, enfatizando qualidades reconhecidas da marca aberta e as fraquezas da marca fechada.

Segundo Florides e Luiz Ferreira (2014, comunicação pessoal), ambos *rênh téy*, por exemplo, “a onça tem medo do *rênh téy*, quando chega fica perto dele mas não faz nada, mas não tem medo do *rênh roro* e pega ele”. Ambos descrevem os *rênh roro* enquanto *rênh kutỹ*, que significa marca surda, aludindo a uma característica de “brabo” desses, pois não sabem “escutar” e “cooperar” com os outros. Segundo eles, esta foi uma caracteris-

<sup>22</sup>No dia 19 de outubro de 2014, na Terra Indígena São Jerônimo, um conflito iniciado durante uma partida de futebol tem repercutido em toda estrutura política desta terra indígena que possui até então dois caciques e pessoas das etnias Kaingang, Guarani e Xetá.

tica do cacique Verag que, conforme quadro acima (FIGURA 5), foi o único “cabeça” que não teve vice cacique, nos últimos sete anos. Ernesto não teria ficado muito tempo na liderança por também “ser surdo”.

Sr. Augusto da TI Iraí - RS, pertencente à metade *rēnh roro*, definiu desta forma: “Os *Kamé* são valentes, vão na frente, já os *Kairu* são estrategistas” (comunicação pessoal: 2012). Gibram registra um comentário análogo de seu interlocutor da TI Rio da Várzea: “E é assim: os *rá téj*, que são *kamé*, são mais altos, mais fortes e bonitos. Os *rá-ror*, *kanhru-kré*, são baixinhos, gordinhos... mas são mais inteligentes” (2012: 99)

Embora seja um operador classificatório, o regime de marcas parece subordinado a um princípio dualista anterior que o faccionalismo e sua mediação atualizam na guerra e na política. Neste sentido, o fato de muitos jovens com menos de 30 anos não se identificarem com as marcas não repercute na dinâmica dualista, sendo a marca o aspecto englobado de um princípio que perpassa o regime matrimonial, assim como outros aspectos da sociabilidade e socialidade kaingang.

A chefia dual, desta forma, prolifera no mesmo e único movimento que são multiplicadas as próprias autoridades Kaingang. O diagrama das lideranças reproduzido acima (FIGURA 5) aponta para esta dualidade em todos os cargos de liderança da TI Queimadas. A própria autoridade kaingang deve ser dual, por ser dual a atualização dos grupos em potenciais conflitos.

As posições de cacique e vice, conselheiros, fiscais, policiais são em números pares salvo quando o “sistema” da liderança fere os princípios da ordem Kaingang, tal como relato acima do conflito e expulsão das lideranças de Marco Verag.

Da alternância conflituosa da autoridade indígena, através da guerra faccional que depôs Verag, decorre um período de instabilidade política que permanece até o momento. Lideranças da TI Queimadas, neste contexto, tem repetidamente gerado coesão entre gru-

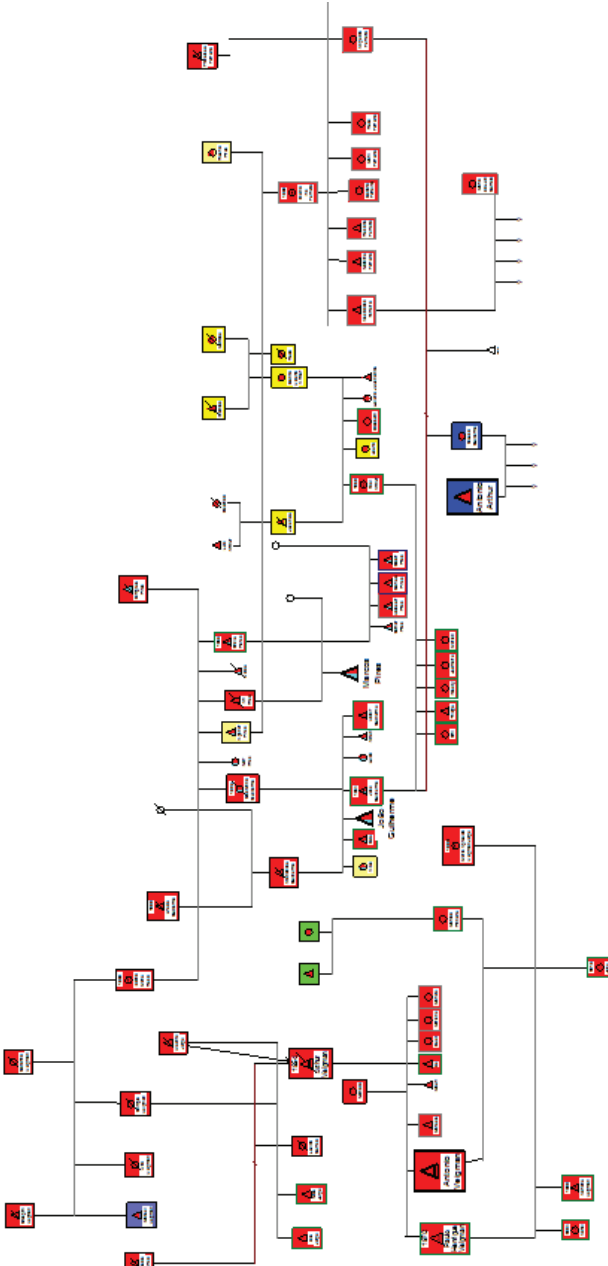
pos dissonantes sobretudo através de dois movimentos: ao mobilizá-los em direção aos empreendimentos que atravessam e circundam seus territórios e na realização de grandes festas abertas aos *fóg* e outras terras indígenas.

A política que colocou as empresas que administram a ferrovia, a linha de transmissão e a rodovia em mesas de negociação kaingang, ao projetar o movimento faccionalista ao *fóg*, torna possível uma síntese provisória dos grupos kaingang e assim, um sentido de comunidade. Os recursos que tais negociações viabilizam, por sua vez, quando diretamente monetários (o que é uma reivindicação sempre presente, embora recorrentemente frustrada pelas instituições envolvidas), será consumido nas festas que constituem este outro momento de ampla coesão dos grupos enquanto comunidade. Os processos capazes de produzir a comunidade são aqueles em que a autoridade indígena destaca sua eminência.

O *fóg* enquanto lócus necessariamente fora do dualismo é mobilizado ora como termo mediador (conforme exemplo da nota 19) ora como direção do vetor faccionalista que, nestes movimentos, cria provisoriamente uma comunidade kaingang. A política “externa” como mecanismo de mediação “interna” de conflitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORBA, Telemaco. 1908. *Actualidade Indígena. Typ. e Lytog.* Impressora a vapor. Curitiba: Paraná. Disponível em <http://biblio.etnolinguistica.org>.
- CIMBALUK, Lucas. 2013. *A Criação da aldeia Água Branca na Terra Indígena Kaingang Apucarantina: "Política interna", moralidade e cultura.* Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR.
- FERNANDES, Ricardo Cid. 2003. *Política e parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica.* Tese de doutorado. Tese de Doutorado. São Paulo: USP.
- \_\_\_\_\_. 2006. "Políticas e políticos Kaingang". *Campos* 7 (2): 27-47.
- GIBRAM, Paola Andrade. 2012. *Política, Parentesco e outras Histórias kaingang: uma etnografia em Penhkár.* Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC.
- MOTTA, Lucio Tadeu. 2008. *As guerras dos índios Kaingang. A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 - 1924).* Maringá: Editora da UEM.
- RAMOS, Luciana Maria de Moura. 2008. *Venh jykre e ke há han ke: Permanência e Mudança do Sistema Jurídico dos Kaingang no Tibagi.* Tese de Doutorado. Brasília: UnB.
- RODRIGUES, Isabel Cristina. 2012. *Věnh jykre si: Memória, tradição e costume entre os Kaingang da TI Faxinal – Candido de Abreu/PR.* Tese de Doutorado. São Paulo: PUC/SP.



Anexo 1: Excerto de genealogia elaborada por Rodrigo Fontes Graça, 2014.